

A FEE e os “futurocidas”

Carlos Honorato, 7 de dezembro de 2016

Que os políticos, especialmente os deputados federais, formam uma poderosa quadrilha especializada em se apropriar do dinheiro público, isso não é dúvida para ninguém. Que o deputado federal honesto é quase uma obra de ficção, quase inimaginável, ninguém tem dúvida. Falar sobre isso, então, é chover no molhado, pois seria mostrar evidências (e elas são infinitas!) sobre o que todos sabem, já faz muito tempo. O que pode ser novo, no entanto, são as formas de apropriações do dinheiro público que a quadrilha de bandidos-oficiais-engravatados está desenvolvendo, pois conseguiram colocar um verniz de legalidade nos roubos-oficiais, criando, dessa forma, uma verdadeira leptocracia tupiniquim.

Para tentar barrar esse assalto permanente dos cofres públicos, duas armas podem e devem ser usadas. São elas: a) Transparência; e b) A identificação do que se chama, hoje, de “riqueza pública”. A transparência necessária é muito maior do que essa pseudotransparência que alguns órgãos governamentais fazem, quando apresentam o movimento financeiro daquilo que já foi feito (ex: uma obra pública: estrada, ponte, reforma de um hospital,...), de forma absolutamente indecifrável, pois usam o que se denomina chamar de “contabilidade criativa”. A transparência deve iniciar pela divulgação dos “critérios utilizados” para todas ações públicas (quando isso for apresentado, vai faltar “aposentos carcerários” em Curitiba!). A pergunta mágica para dificultar a roubalheira-oficial é simples e direta: por que? Quando o pobre povo pobre, aprender a perguntar “por que?” para os seus deploráveis e malcheirosos representantes do legislativo e do executivo, o percurso desse desgovernado barco chamado Brasil muda de rumo.

Quando se estiver em um mundo mais transparente, a questão pode passar a ser a “riqueza pública”. O que é isso? Bem, em tese, a riqueza pública pode ser determinada a partir dos seus quatro elementos fundamentais. São eles: a) os ativos totalmente financeiros, como depósitos bancários e fundos de pensão; b) ativos comerciais públicos, como empresas e imóveis comerciais; c) ativos não comerciais públicos, como praças e estradas; e d) menos a dívida do governo. Um dos elementos solenemente esquecidos por governantes de todas as cores partidárias são os ativos comerciais públicos, pois servem, permanentemente, de “moeda de troca” para as maracutaias governativas. Isso faz com que esses sejam os ativos pior geridos e governados na face da terra (não só no Brasil!). Eles são compostos por: corporações (empresas estatais, fundação,...); instituições financeiras (CEF, BB, BNDS,...); bens imóveis; infraestrutura (PPP,...); e atividade comercial não corporatizada, especialmente ligadas a “informações” (IBGE, FEE,...). Ora, esse último grupo (os que geram informações) são os que podem mudar, de forma efetiva, os rumos dessa nação desgovernada, pois são os únicos que possuem competência necessária para avaliar a riqueza pública nacional. Acabar com o IBGE ou com a FEE significa furar a última boia de salvação da moralidade e da eficiência da gestão pública.

O governador José Ivo comete verdadeiro “crime de gestão” quando sinaliza o fechamento da FEE, pois condena o Rio Grande do Sul a ser gerido, no futuro, com base a “achiologia”. Quando não se souber o tamanho da “riqueza pública”, os futuros governantes (e suas deploráveis bases de apoio legislativas!) poderão desfilar suas incompetências com a maior tranquilidade possível, pois o pobre povo pobre não terá como cobrar melhor resultado da gestão da referida riqueza pública. Será o melhor dos mundos para eles (executivo e legislativo) e o que de pior pode acontecer para o futuro deste já falido Estado do Rio Grande do Sul.

Feche a FEE senhor José Ivo e depois proponha para seu amigo, o marido da Marcela, fechar o IBGE e aí teremos certeza que vamos afundar permanentemente. O senhor e o seu amigo (o de Brasília) poderão entrar para a história como “futuroidas”, pois conseguiram “matar o futuro”!